



Os novos valores dos componentes contratuais passarão a ser:

QUANTIDADE	SERVICOS	REAJUSTE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
12	Assinatura E1 (30 canais)	5,89%	R\$ 328,72	R\$ 3.944,70
12	Assinatura DDR (200 ramais)	5,89%	R\$ 175,96	R\$ 2.111,49
162512	Fixo-fixo	5,89%	R\$ 0,08	R\$ 13.766,72
3600	Fixo-móvel	5,89%	R\$ 0,78	R\$ 2.820,91
			R\$ 505,55	R\$ 22.643,81

QUANTIDADE	SERVICOS	REAJUSTE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
12	Assinatura E1 (30 canais)	5,89%	R\$ 328,72	R\$ 3.944,70
12	Assinatura DDR (200 ramais)	5,89%	R\$ 175,96	R\$ 2.111,49
21668	Fixo-fixo	5,89%	R\$ 0,08	R\$ 1.835,54
2400	Fixo-móvel	5,89%	R\$ 0,78	R\$ 1.880,61
			R\$ 505,55	R\$ 9.772,33

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2010

CONTRATANTES União Federal por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e os locadores JOSÉ ALBERTO OLMI e MARILIA CLARA POY OLMI. OBJETO: prorrogação da vigência do Contrato nº 51/2010, por mais um período de 12 meses, que tem por objeto a locação de área comercial, para a PRM/Concordia-SC. Valor Mensal: R\$ 778,24 (sete mil setecentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos). Vigência: 16/03/2015 a 15/03/2016. Data e Assinatura: 09/03/2015, Maximiliano Eller, pela locatária e JOSÉ ALBERTO OLMI e MARILIA CLARA POY OLMI, pelos locadores.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/12 Contratantes União, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, e DELC AMBIENTAL. Objeto: Cláusula Terceira - Vigência com acréscimo do primeiro ao quinto parágrafo, Cláusula Quarta - Aluguel e acréscimo das Cláusulas Décima Nona e Vigésima - Deveres e responsabilidades do Locador e do Locatário, ambas do Contrato Originário, Processo: 1.34.001.000958/2012-07. Vigência: de 15/02/2015 até 14/02/2016. Preço: R\$ 139.244,35 (cento e trinta e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), valor mensal da locação a partir de 15/2/2015, e Data e Assinaturas: 05/02/2015 - Elisa Brito Silva, pela Locatária, e Leonardo Fabian Altstut pela Locadora.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2015

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado de São Paulo publicou, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de locação de máquinas de reprografia, impressão e digitalização, digitais, novas e sem uso, não recondicionadas e em linha de produção, e serviços de acabamento em cópias e impressões, com fornecimento de mão de obra especializada e manutenção técnica corretiva e preventiva, incluindo o fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todo o suprimento original de fábrica (não remanufaturado), material de consumo (inclusive papel) e sistema de gerenciamento de trabalhos (bilhetagem), foi declarada vencedora a empresa Ricoholor Comércio e Sistemas Reprográficos Eireli - EPP. O resultado foi homologado pela Autoridade competente.

FABIO TEYDI ARAKI

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 3/2015

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no DOU em 25/02/2015. Objeto: Licitação Eletrônica - Aquisição de materiais eletrônicos

NOEME SOUSA DA SILVA
Pregoeira

(SIDE - 09/03/2015) 200100-00001-2015NE000083

RETIFICAÇÃO

No Aviso de Homologação do Pregão Eletrônico SRP 01/2015, publicado no DOU de 05 de março de 2015, Seção 3, pág. 148, onde se lê: Processo nº 1.36.000.001427/2014-86 leia-se: Processo nº 1.36.000.001426/2014-86.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032015031000087

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 1/2015

Comunico a todos o resultado da licitação em referência, cujo objeto foi adjudicado as empresas Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S/A (item 1) e Fatto Consultoria e Sistemas Ltda - EPP (item 2) e o procedimento devidamente homologado pela Autoridade Competente desta PGT.

JERRY ADRIANI RAMOS CIRQUEIRA
Pregoeiro

(SIDE - 09/03/2015) 200200-00001-2015NE000031

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 1/2015 USG 200032

Processo nº 08135.000022/2015. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para manutenção dos aparelhos de ar-condicionado das Procuradorias do Trabalho nos Municípios da 5ª Região. Total de Itens Licitados: 00007. Edital: 10/03/2015 de 12h30 às 17h30. Endereço: Avenida Sete de Setembro, 308, Corredor da Vitória SALVADOR - BA. Entrega das Propostas a partir de 10/03/2015 às 12h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/03/2015 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

(SIDE - 09/03/2015) 200032-00001-2015NE000001

PREGÃO Nº 3/2015 USG 200032

Processo nº 08135.000012/2015. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de expediente. Total de Itens Licitados: 00077. Edital: 10/03/2015 de 12h30 às 17h30. Endereço: Avenida Sete de Setembro, 308, Corredor da Vitória SALVADOR - BA. Entrega das Propostas: a partir de 10/03/2015 às 12h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/03/2015 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS WILKER NASCIMENTO DOS SANTOS
Pregoeiro-chefe

(SIDE - 09/03/2015) 200032-00001-2015NE000001

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EDITAL DE ELEIÇÃO

Pelo presente Edital de Convocação, faço saber que do dia 27 de abril de 2015, Dia da Empregada Doméstica, no período das 08:00 às 20:00 horas, na Rua da Cidadania Matriz da Praça Rui Barbosa - Centro - Curitiba, será realizada Eleição, em Única Convocação, para recomposição da Diretoria e Conselho Fiscal desta entidade, bem como de suplentes, ficando aberto o prazo até 27 de março, às 17h, para o registro de chapas. Fica esclarecido que a presente eleição é convocada em razão dos desdobramentos de ação civil pública 24536.2012.012.09.00.3, promovida pelo Ministério Público do Trabalho, na qual ficou constatado o abandono do sindicato por ausência de associados e diretores. Para evitar o fim da agregação sindical, que não resultaria em benefício para a categoria dos trabalhadores domésticos, o MM. Juiz da 12ª Vara do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho concordaram em suspender o processo e recompor a diretoria do sindicato, mediante eleição pública e transparente, organizada pelo MPT com o acompanhamento das Secretarias Estadual e Municipal do Trabalho, Centrais Sindicais, SRTE, INSS e AATPR. Foi deliberado que a comissão eleitoral é composta por representantes do Ministério Público do Trabalho, Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, podendo ser convocados representantes da SRTE e INSS como suplentes, em caso de necessidade. Assim, para fortalecer a união das trabalhadoras domésticas, foram estabelecidos critérios especiais para a realização da presente eleição, considerada fundacional e, portanto, não amparada no estatuto do sindicato. Para o registro das chapas, os membros devem cumprir os seguintes requisitos: ser trabalhador doméstico, comprovando a con-

dição pelos seguintes meios: a) ter trabalhado como tal com registro em CTPS por pelo menos 5 (cinco) meses ou tendo obtido aposentadoria na categoria; b) em caso de trabalho sem registro, comprovar recolhimento junto ao INSS como doméstico/diarista contribuinte individual, juntando ao ato declaração neste sentido e comprovante pagamento de pelo menos 5 contribuições pelos códigos 1163, 1180, 1007 ou 1104. Fica esclarecido que para a inscrição das chapas deverão ser indicadas necessariamente as figuras da (do) Presidente, Secretária (o) Geral, Tesoureiro, e três integrantes do Conselho Fiscal. Para cumprir com o requisito da transparência e para evitar as situações que levariam a propositura da ACP 24536.2012.012.09.00.3, como colarinho de interesses, apropriação de voto e afronta à liberdade sindical, as chapas deverão declarar, por ocasião da inscrição, a localização física da sede do Sindicato, especificando como serão custeados os gastos com manutenção da estrutura (aluguel, luz, água, telefone, internet) e comprometer-se a promover a alteração do Estatuto Social para garantir que as assembleias sejam convocadas para toda a categoria, sem restrição quanto ao direito de voto, exceto para alteração do estatuto e deliberações administrativas, caso em que será restrita aos associados, bem como instituir regras transparentes para o procedimento eleitoral excluindo a previsão de "regimento eleitoral próprio", e ainda, facilitar as regras para candidatar-se a membro da diretoria, exigindo tempo de associação não superior a um ano, estar quile com as mensalidades e demonstrar no mínimo dois anos de trabalho na categoria, ainda que não contínuos. A inscrição de chapas será admitida a contar da data da publicação deste Edital e de sua afixação na sede do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, até as 17h do dia 27 de março de 2015. O requerimento, acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro, será dirigido à COMISSÃO ELEITORAL, conforme modelo de documento a ser disponibilizado pelo MPT (www.pr9.mpt.gov.br), devendo ser assinado por todos os candidatos componentes da chapa. O registro de chapas deverá ser realizado mediante protocolo dirigido a PRÔMO 1863.2014, junto a Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, no horário das 09:00 às 18:00 horas, quando se encontrarão os interessados, pessoas habilitadas para atendimento, prestação de informações concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação e fornecimento do correspondente recibo. A admissão das chapas será decidida pela Comissão Eleitoral com base nas regras do presente edital e legislação pertinente. Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias, a qual somente poderão concorrer as chapas em questão. Curitiba, 3 de março de 2015.

CRISTIANE MARIA SBALQUEIRO LOPES
Procuradora do Trabalho

Membro da Comissão Eleitoral - MPT
MARISSA STEIDLE
Superintendente de Administração Municipal de Trabalho e Emprego
Membro da Comissão Eleitoral - SMTE
ANTONIO CARLOS CAMARGO
Assessor da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
Membro da Comissão Eleitoral - SEDS

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 08160.019295/2014-71. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Editora Revista dos Tribunais Ltda. CNPJ: 06.501.293/0001-12. Objeto: Renovação da assinatura anual da Revista dos Tribunais Online. Valor total: R\$ 28.622,80. Vigência: 12/03/2015 a 11/03/2016. Fundamento Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993. Ato de Inexigibilidade: por Gutemberg Martins dos Santos, Diretor do Departamento de Administração do MPM. Ratificação: por Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral do MPM.

Processo: 08160.019295/2014-71. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Editora Revista dos Tribunais Ltda. CNPJ: 06.501.293/0001-12. Objeto: Renovação da assinatura anual da Revista dos Tribunais Online. Valor total: R\$ 28.622,80. Vigência: 12/03/2015 a 11/03/2016. Fundamento Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993. Ato de Inexigibilidade: por Gutemberg Martins dos Santos, Diretor do Departamento de Administração do MPM. Ratificação: por Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral do MPM.

AVISOS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Ministério Público Militar torna público o Aviso de Registro de Preços proveniente do Pregão Eletrônico nº 57/2014, cujo objeto consiste no registro de preços para aquisição de uniformes de motorista, destinados a suprir as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília/DF. Vigência: de 10/03/2015 a 09/03/2016, conforme Ata nº 5-A-2015 - LIMA DIAS ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA - EPP, itens 01,02,04 e 05. Valor Registrado: R\$ 321.885,20. Ata nº: 5-B-2015 - SIANON MODA LTDA - EPP, item 03. Valor Registrado: R\$ 10.500,00 e Ata nº: 5-C-2015 - AJI-GEMODAS ALFAIATARIA E CONFECÇÕES LTDA-EPP, item 6. Valor Registrado: R\$ 8.400,00.

O Ministério Público Militar torna público o Aviso de Registro de Preços proveniente do Pregão Eletrônico nº 57/2014, cujo objeto consiste no registro de preços para aquisição de uniformes de motorista, destinados a suprir as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília/DF. Vigência: de 10/03/2015 a 09/03/2016, conforme Ata nº 5-A-2015 - LIMA DIAS ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA - EPP, itens 01,02,04 e 05. Valor Registrado: R\$ 321.885,20. Ata nº: 5-B-2015 - SIANON MODA LTDA - EPP, item 03. Valor Registrado: R\$ 10.500,00 e Ata nº: 5-C-2015 - AJI-GEMODAS ALFAIATARIA E CONFECÇÕES LTDA-EPP, item 6. Valor Registrado: R\$ 8.400,00.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Diretor-Geral

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil